

# Desastres ambientais e ação governamental: o Centro de Operações Rio e a experiência institucional da prefeitura do Rio de Janeiro

Ana Paula Guarani<sup>1</sup>

Emilia Teixeira<sup>2</sup>

Sindely Alchorne<sup>3</sup>

## Resumo

A cidade do Rio de Janeiro, assim como outras cidades, sofre com enchentes e deslizamentos ocasionados pelas chuvas anuais. Em momentos de grandes desastres ambientais, o atendimento social às vítimas fica a cargo, em diversos aspectos ainda que não exclusivamente, de intervenção técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Tais estratégias contam do documento pactuado e denominado Plano de Contingência da SMDS para a Cidade do Rio de Janeiro. Este documento propõe estratégias de intervenção para atendimento das demandas desta natureza. A elaboração do Plano de Contingência foi de responsabilidade da equipe técnica da SMDS inserida no Centro de Operações Rio - COR, equipe esta que é responsável pela gerência desse tipo de atendimento em toda a cidade.

## Palavras-chave

Desastres ambientais; Gerenciamento de crises, Centro de Operações Rio.

## Environmental disasters and government action: the Centro de Operações Rio and the official experience of Rio de Janeiro city council

## Abstract

The city of Rio de Janeiro, as well as other cities, suffers from floods and landslides caused by the annual rains. In times of major environmental disasters, social assistance to victims is dependent, in many ways but not limited to, technical intervention of the Municipal Social Development (SMDS) of the City of Rio de Janeiro. Such policies include the agreed document and called Contingency Plan SMDS to the City of Rio de Janeiro. This document proposes intervention strategies to meet the demands of this nature. The preparation of the Contingency Plan was the responsibility of the technical team SMDS inserted in Rio Operations Center - COR, this team is responsible for the management of this type of service throughout the city.

## Keywords

Environmental disaster; Crisis management; Rio Operations Center.

*“Quem tem emoção, tem energia suficiente para transformar os sonhos em realidade”*

Sartre

## Desastres ambientais e demandas sociais: como equacionar?

A temática dos desastres ambientais, a cada ano, ganha mais repercussão nas manchetes nacionais e internacionais, especialmente em grandes metrópoles como a cidade do Rio de Janeiro. Entendendo esse tema não simplesmente como um fenômeno natural, mas que evidencia um paradoxo complexo de demandas e ações, e que coloca em visibilidade contradições e expressões fortes de desigualdades sociais e inter-classes, esse artigo busca provocar o debate e possibilidades numa temática que vem preocupando, cada vez mais, um número maior de pesquisadores, estudiosos, gestores, autoridades e a sociedade como um todo.

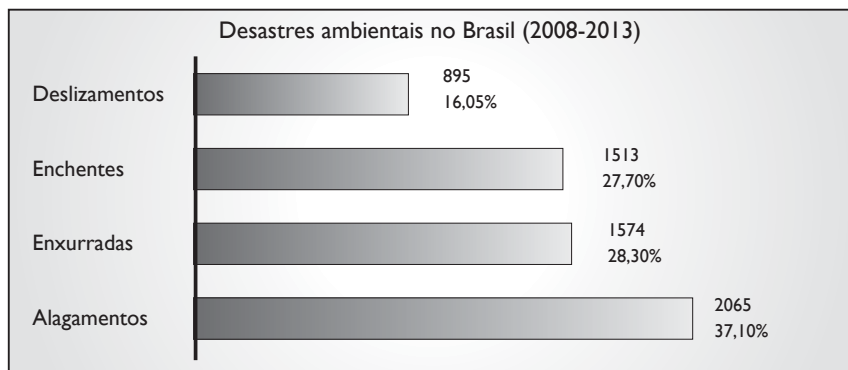
A análise dos inúmeros casos de injustiça ambiental existentes no país convida a não olhar a **questão ambiental** desconectada da **sociedade** e do **mercado**. Mais do que isso, além de mostrar o laço entre essas três categorias, ela aponta o mercado neoliberal como sendo o núcleo gerador da insustentabilidade (...) Seja na construção de barragens hidroelétricas, na carcinicultura, na hotelaria, na exploração madeireira, na mineração e na metalurgia, todos os empreendedores comportam-se como predadores dos ecossistemas e das populações locais e donos do território (...) Ao falar de injustiça ambiental, fala-se de conflitos (...) Falamos de conflito porque eles batem de frente com populações – povos indígenas, agroextrativistas, pequenos produtores, organizações populares e sindicais e ONGs, setores do poder público e da academia, etc. - que já estão lá, que têm uma história de vida, de sobrevivência e de reprodução humana e econômica e que têm propostas e projetos para elas e para a região. Não aceitam mais que lhes sejam impostos à força projetos destruidores do seu futuro. (LEROY, 2014, p. 2 - 4, *grifos nossos*)

O IBGE, em 2013, por meio da Pesquisa de Informações Municipais (Munic) trouxe, pela primeira vez, dados sobre desastres naturais, num item específico intitulado “gestão de riscos e repostas a desastres”, com dados sobre alagamentos,

enchentes e inundações e deslizamentos de encostas. A referida pesquisa afirma que no país quase metade dos municípios não tem equipamentos para tratar dessa questão, nem mesmo de modo preventivo.

No Brasil, 2.065 municípios declararam ter sido atingidos por alagamentos nos últimos cinco anos da data de referência da pesquisa, ou seja, 37,1% do total dos municípios brasileiros. A maior concentração foi nas Regiões Sudeste (45,2%) e Sul (43,5%), e a menor, na Centro-Oeste (19%). Em todo o território nacional, 97,4% dos municípios com mais de 500.000 habitantes registraram alagamentos, enquanto, na classe de municípios com até 5.000 habitantes, foram registrados os menores valores (5,0%, nas Regiões Norte e Centro-Oeste; e 11,5%; na Região Nordeste). Quanto às Unidades da Federação, as que registraram maiores proporções de municípios com alagamentos foram, na Região Norte, o Amazonas, com 42 dos 62 municípios (67,7%); na Região Sudeste, Rio de Janeiro (88,0%) e Espírito Santo (71,8%); e, na Região Sul, Santa Catarina (60,3%)...No País, o número de pessoas que ficaram desabrigadas ou desalojadas em virtude dessas ocorrências foi superior a 300.000. No Estado de Santa Catarina, foram 165.157 e, no Rio de Janeiro, 50.336 (...).As enchentes, alagamentos e processos erosivos, embora possam ser classificados como ameaças naturais, fazem parte de um complexo maior, pois estão envolvidos fatores socioeconômicos e culturais, como ocupação irregular de encostas, margens de rios, desmatamentos etc., que elevam o grau de vulnerabilidade da sociedade.” (IBGE, MUNIC, 2013, p.97, 104, *grifos nossos*)

Segundo a pesquisa mencionada (MUNIC, 2013), o Brasil teve 8.942 ocorrências de enchentes que deixaram 1,4 milhão de desabrigados ou desalojados nos últimos cinco anos da data de referência da pesquisa.



Fonte: IBGE, Munic, 2013 (elaborado pelas autoras)

Conforme a referida pesquisa, no país, um terço dos municípios já tiveram ocorrências de enchentes, 40% foram vítimas de alagamentos e esta evidenciou, também, o despreparo das prefeituras para lidar com a questão. Destes municípios, apenas 23% tinham legislação sobre o uso e ocupação do solo, conforme dados do IBGE (2013). Não é novidade que os mais atingidos encontram-se em áreas de maior vulnerabilidade, e que os desastres estão aumentando em proporção e gravidade. Apesar do conhecimento e do avanço tecnológico, os benefícios ainda são escassos. O que provoca esses acontecimentos?

A começar pelo termo “desastre natural”, que é um equívoco já que não implica que as ações humanas possam provocar situações de desastre, sendo entendidos apenas como fenômenos incontroláveis (furacões, deslizamentos, etc). Muitos desses efeitos não são de caráter natural, são sim social. As informações equivocadas podem ser mais prejudiciais do que a ausência delas. Então, não basta o sistema de alarme e a infraestrutura de proteção, mas é preciso que as pessoas entendam a percepção de risco. Segundo Giddens (1991), essa percepção retrata o nível de insegurança nas relações sociais e institucionais que se elevou implicando ao risco uma construção cognitiva com diversas repercussões na prática social. Apesar de o autor desenvolver sua discussão em torno das dimensões tecnológicas dos riscos no território moderno, é possível ajustar, conforme os indicativos de Valencio (2004), esse tipo de análise para os riscos que derivam de vulnerabilidades e ameaças de origem natural, como as chuvas.

Não há como desconsiderar que são pessoas que moram em lugares que não escolheram morar, que habitam e trabalham em situações não escolhidas e estão ali expostas a situações de risco. A discussão gravita na intensificação dos riscos revelados por fenômenos naturais agudizados pela baixa reflexividade da modernidade. Não se trata de uma preocupação tardia com a temática ambiental, mas a forma como a temática vem sendo apropriada pelas estruturas decisórias. Castro (2009) constata que a interferência humana pode alterar as condições de sustentabilidade do meio, potencializando a ocorrência de desastres naturais, como enchentes, enxurradas e deslizamentos. O acirramento dos fenômenos climáticos, a ocupação desordenada, a falta de política habitacional, a falta de prevenção e o processo educacional para que as pessoas que residem em área de risco aprendam a conviver com o fenômeno são elementos que elevam a baixa reflexividade e confiança dos leigos ao trabalho do perito. Nos desastres naturais, sejam quais forem (secas, inundações, enchentes, terremotos, furacões, incêndios, intoxicações), é fundamental trabalhar antes que aconteçam.

Assistimos, portanto, ano após o ano, no período do verão, o Estado do Rio de Janeiro ser acometido pela incidência dos perigos *hidrometeorológicos* que ocasionam desastres e trazem consigo fortes efeitos, com danos que imbricam dimensões ambientais, materiais e humanas (VALENCIO, 2004). Entre os meses de janeiro e abril, é comum o noticiário trazer informações sobre o sofrimento da população decorrente do incremento das precipitações hídricas. Ressaltamos também o aspecto geológico da região, tendo em vista que a cidade do Rio de Janeiro apresenta três importantes conjuntos montanhosos (Maciço da Tijuca, Maciço da Pedra Branca e Serra do Mendanha) que subdividem o Município em quatro macro bacias de drenagem (Zona Sul, Zona Norte e Centro, Barra e Jacarepaguá e Zona Oeste) em cujas áreas de planície emergem morros agrupados ou isolados, com grande concentração de pessoas. Agrega-se a este fato a questão da ocupação irregular e respostas governamentais, que se mostram ineficazes para o atendimento das demandas sociais.

As adversidades naturais, associadas às expressões da questão social vivenciadas pela população habitante das favelas da cidade do Rio de Janeiro, evidenciam a vulnerabilidade dessa população e clamam por uma responsabilidade a ser compartilhada pelo poder público e pela sociedade civil, no que diz respeito à melhoria de infraestrutura em geral, na educação para prevenção dos desastres e na ampliação de políticas públicas na redução dos riscos de desastres.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) vem, ainda que de modo rudimentar, realizando diversas ações nesse âmbito, como em 1988 em que a mesma teve uma atuação intensa sobre os efeitos das fortes chuvas que atingiram a cidade. Contudo, lamentavelmente, não há registros sistematizados sobre esses casos na referida Secretaria, que conta apenas com relatos de funcionários que vivenciaram episódios como esse.

No Brasil, os maiores desastres naturais estão relacionados aos danos causados por chuvas e secas intensas. [Com relação aos] dados referentes a eventos relacionados a desastres naturais notificados à Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Rio de Janeiro foi o estado que apresentou o maior número de vítimas afetadas por desastres naturais no período de estudo. (AMORIM *et al.*, 2014, p. 01)

Desta forma, constatamos que os perigos que enfrentamos não derivam somente dos efeitos da natureza, mas da carência de políticas públicas de infraestrutura e de políticas sociais para o enfrentamento das questões sociais

presentes na cidade. Verifica-se, também, a necessidade de elaboração de respostas governamentais para o gerenciamento de crises causadas pelas chuvas, objetivando minimizar os impactos sociais e econômicos. Dentro dessa perspectiva e tendo clareza de que ainda há muito a avançar, a cidade do Rio de Janeiro, por meio do Sistema de Proteção e Defesa Civil Municipal, vem apresentando uma estratégia de enfrentamento emergencial e dinâmico às diferentes mazelas que as chuvas ocasionam.

Para que haja sustentabilidade da gestão local é imprescindível que haja a participação dos atores envolvidos, até porque são nos próprios processos locais que os riscos podem ser encontrados. Autores como Giddens (1991) e Beck e Lash (1996), criticam o projeto de modernidade, o qual teria elevado a insegurança nas relações sociais e institucionais, fragilizando os sistemas de confiança e contaminando as arenas onde se tomam decisões relacionadas aos riscos. Como a sociedade está vulnerável a diversos riscos, é algo que não se pode reduzir simplesmente gerenciando, mas inserindo no contexto do controle social.

Lindell e Perry (2004) *apud* Valencio (2004) consideram que as decisões que envolvem preparação e resposta precisam do envolvimento de familiares, vizinhos e de uma rede de suporte informal na qual a intersubjetividade tem um papel fundamental. Na grande maioria dos casos, o que se observa é que as populações afetadas diretamente possuem uma baixa percepção de risco, elevando o grau de vulnerabilidade, de exposição às ameaças e, para completar o ciclo de despreparo, os gestores não têm definidas suas ações nos casos de ocorrência de desastre.

Vê-se que uma população vulnerável está suscetível a danos e prejuízos de menor a maior proporção, pois o ecossistema em que vivem está em constante ameaça de ocorrência de desastres. Observa-se, ainda, que esta população precisa desenvolver o senso de diminuição de suas vulnerabilidades, aumentando sua percepção de riscos. Para se trabalhar questões como essa, os órgãos que labutam em prol da segurança da população precisam buscar meios de conhecer as áreas de risco do estado para poder construir os planos de contingência. O poder público tem um papel de protagonista em conjunto com a população na construção da gestão como prática permanente.

No caso do Município do Rio de Janeiro, a metodologia empregada para que seja garantida a integridade física dos moradores de áreas consideradas de risco dentro das comunidades em períodos de chuva forte, foi a elaboração do Plano de Desocupação do Município do Rio de Janeiro, objetivando a desocupação rápida

e segura dos moradores em caso de ocorrência desses eventos. Todavia, tal plano ainda apresenta grandes desafios, tais como a relação entre as diversas secretarias afetas à temática de desastres: habitação, saúde e desenvolvimento social.<sup>4</sup>

Para o gerenciamento desse tipo de crise e outras que atingem a cidade, numa perspectiva de trabalho intersetorial, foi inaugurado em dezembro de 2010 o Centro de Operações da Cidade do Rio de Janeiro - COR. O estopim para o desenvolvimento desta estrutura foram as chuvas iniciadas no dia 5 de abril de 2010, que perduraram por mais de 36 horas. Inundações, transbordamentos dos rios e deslizamentos, atingindo comunidades e afetando sobremaneira a rotina da cidade, contabilizando 250 vítimas fatais e 10.800 pessoas que perderam suas casas.<sup>5</sup>

Este Centro Integrado de Controle Operacional (COR) se pauta no princípio da universalização do conhecimento. Sua composição consiste na presença de diversos órgãos entre representantes governamentais - inclusive a SMDS - e concessionárias de serviços públicos que trabalham no monitoramento da cidade durante 24 horas por dia e 7 dias por semana.

No COR, dezenas de operadores vigiam câmeras por toda a cidade – mais de 500 câmeras: ocorrências policiais, acidentes de trânsito, previsão do tempo, possibilidades de chuvas fortes e deslizamentos, áreas de risco, etc. Estão integradas todas as etapas de um gerenciamento de crise, desde a antecipação, redução e preparação, até a resposta imediata às ocorrências, com uma tecnologia de ponta que possibilita seus operadores ter ciência em tempo real das ocorrências, no intuito de responder, com a máxima brevidade, às emergências e, principalmente, minimizar os danos causados à população.

### **SMDS-RJ e o Plano de Contingência: acesso a direitos**

A SMDS sempre foi um órgão atuante no Sistema de Proteção e Defesa Civil no atendimento social às famílias e aos indivíduos vitimados pelos desastres ambientais. Sua inserção no COR exigiu que fosse formada uma equipe técnica (SMDS/COR), especialmente preparada para, dentre outros, atuar no Sistema de Alerta Comunitário para Chuvas Fortes, descrito no Plano de Contingência da Defesa Civil. Esse Sistema mobiliza lideranças locais em caso de ocorrências por meio de sirenes, momento em que deverão se dirigir para locais seguros.

No âmbito da Política de Contingência do município do Rio de Janeiro, a missão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é garantir à população atingida atendimento social emergencial para posterior inserção em programas sociais, o que está previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

– proteção social especial de alta complexidade: Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais.

A gerência do trabalho de atendimento a emergências é realizada pela equipe técnica SMDS/COR, que pode acionar as equipes técnicas locais, obedecendo aos **estágios** de monitoramento das condições de chuva e probabilidades de deslizamentos, conforme quadro abaixo:

ESTÁGIOS	DESCRIÇÃO
Vigilância	Situação em que não há previsão de chuva ou há previsão de chuva fraca nas próximas horas. Os operadores realizam apenas monitoramento das condições meteorológicas.
Atenção	Previsão de chuva moderada ocasionalmente forte, nas próximas horas. Neste estágio os operadores do Alerta Rio estão em constante comunicação com os outros órgãos municipais que atuam nas situações de chuva.
Alerta	Previsão de chuva forte nas próximas horas, podendo causar alagamentos e deslizamentos isolados. Nesta situação, são emitidos boletins de alerta à população (via imprensa e site do Alerta Rio).
Alerta Máximo	Previsão de chuva muito forte nas próximas horas podendo causar alagamentos e deslizamentos generalizados. Esse estágio é acionado nas situações em que o Sistema já se encontra em estágio de Alerta e há a previsão de intensificação da chuva. As recomendações sobre os boletins de alerta também se aplicam neste estágio.

Fonte: (GUARANI, 2012, p.32)

Lastimavelmente, observa-se uma negligência em relação à prevenção. É preciso considerar que, além da dimensão objetiva das perdas materiais, é o homem que está em questão. Dentro dessa perspectiva e obedecendo aos estágios de monitoramento do Plano, conforme já pontuado, as ações da SMDS são organizadas da seguinte maneira:- a) Durante o Estágio de Vigilância – momento que ocorre apenas o monitoramento das condições meteorológicas por parte do COR - não há o acionamento das Coordenadorias e nem das equipes locais. B) Durante o Estágio de Atenção – As equipes locais são comunicadas da possibilidade de chuvas com uma antecedência média de 2 horas, o que possibilita alocar recursos materiais e profissionais para futuras intervenções; c) Estágio de Alerta e Estágio de Alerta Máximo – Comunicação das equipes sobre o agravamento do quadro e, quando necessário, o direcionamento das mesmas para os Pontos de Apoio para atendimento social.



No que tange à SMDS, dentre os principais desafios da sua atuação em casos de desastres ambientais, em especial à operacionalização do Plano de Contingência<sup>6</sup> junto ao COR, destacamos: o incremento da participação popular nas decisões institucionais, a não participação integrada e integradora entre as secretarias municipais, a falta de infraestrutura adequada, o desconhecimento do real papel da equipe da SMDS que atua no COR e mesmo a desvalorização destes profissionais e a indisponibilidade de atualização/capacitação continuada.

A gestão local do risco é vulnerabilizada por uma percepção superficial do risco, denotando e demonstrando as fragilidades políticas e institucionais em função de uma relativa autonomia da equipe SMDS/COR. Essa vulnerabilidade aprofunda as dificuldades e fragiliza a adesão da participação da população, além de demonstrar que as diferentes áreas da cidade não são atendidas de forma igual pelos poderes públicos.

### **Breves Considerações**

Especialistas apontam que a carência em políticas habitacionais acirra as dificuldades no tratamento das políticas de gestão urbana. No Brasil, a ênfase do gerenciamento de crises está recaindo na fase da resposta. Enquanto associado a isto, as medidas de fortalecimento de núcleos e treinamento ainda são elementos de complementação à resposta prática.

Os gastos com prevenção no Brasil não chegam a R\$ 100 milhões, enquanto o gasto com a reconstrução ultrapassa R\$ 1,1, bilhão, o que demonstra a falta de planejamento para o enfrentamento dos desastres no País. Para além do gasto financeiro, acentua-se que uma recuperação do cenário é uma das fases de resposta e está ligada somente a questões estruturais, como reconstrução de casas, restabelecimento dos serviços essenciais e reconstrução de obras danificadas. O aspecto psicossocial, aspecto mais delicado, por vezes é desconsiderado. (STRANZ; BOSELLI; ALENCAR, 2010).

O Centro de Operações Rio (COR) é um novo modelo na estrutura governamental. Seu objetivo é superar a lógica posta, já que cria relações e inter-relações de caráter cooperativo e inicia um projeto político voltado à redução de danos decorrentes dos desastres. No entanto, devemos atentar que, apesar de toda essa organização, a capacidade de mobilização social e participativa das redes de gestão local são etapas primordiais de trabalho, independentemente da existência de um centro integrado. Acerca deste tema, bem expressa o Professor Moacyr Duarte<sup>7</sup>:

(...) Para melhorar qualquer perspectiva de atuação ou de sucesso de um Plano de Resposta à Emergência, você tem que melhorar as relações culturais nas comunidades e melhorar o nível de educação das comunidades para que seja mais barato e mais fácil elas entenderem o conhecimento gerado sobre o desastre e absorverem as instruções para se protegerem do desastre.

Esse espaço propiciou uma discussão sobre a atuação do poder público quanto à organização e estruturação da gestão de risco, identificando que a informação é um elemento imprescindível à gestão de risco, uma vez que reduz a distância entre a percepção do risco da população e o conhecimento técnico dos peritos (GUIVANT, 2001).

## Referências

AMORIM, Marisa Fasura de *et al.* *A resiliência das cidades frente a chuvas torrenciais: estudo de caso do plano de contingência da cidade do Rio de Janeiro.* Sociedade & Natureza, Uberlândia, 26 (3): p. 519-534, set/dez/2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132014000300519&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132014000300519&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05/04/2015.

BECK, U. *Risk society and the provident state.* In: LASH, S.; SZERSZYNSKI, B.; WYNNE, B. Risk, environment and modernity. London: Sage Publications, 1996.

BRASIL. *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012* - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm)>. Acesso em: 01/04/2015.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)* - Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf/view>>. Acesso em: 01/04/2015.

\_\_\_\_\_. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* - Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. CASTRO, Antônio Luiz Coimbra. Manual de planejamento em defesa civil. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Defesa Civil, 4v., 2009.

GUIDDENS, Anthony *As consequências da modernidade*. São Paulo: Trad. Raul Fiker. 1ª. ed. Unesp, 1991.

GUARANI, Ana Paula de Carvalho. *Gestão Local do Risco: o gerenciamento a partir do Centro de Operações Rio – CORio /Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título Especialista em Gerenciamento de Crises e Conflitos em Organizações Públicas e Privada*. Faculdade da Grande Fortaleza, 2012.

GUIVANT, Julia Silvia. *A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social*. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas BIB - ANPOCS. Rio de Janeiro, n°. 46. 1998. Disponível em: <<http://www.iris.ufsc.br/pdf/trajetoriasdasanalisesderisco.pdf>>

LEROY, Jean Pierre. *Justiça Ambiental*. Disponível em Acessado em: 30/03/2015.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. 3ª. ed. Tradução de José Paulo Netto - São Paulo; Cortez, 2002.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. *Plano de Contingência da Cidade do Rio de Janeiro 2011-2012*, 2011.

STRANZ, Eduardo.; BOSELLI, Giane.; ALENCAR, André. *Desastres naturais no Brasil: Análise das portarias de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública de 2003 a 2010*. Confederação Nacional de Municípios, maio de 2010. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/PlanejamentoUrbano/DesastresNaturaisnoBrasil-CNM.pdf>>. Acesso em 30/03/2015

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva *et al.* *A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas*. Revista Teoria e Pesquisa, n. 44 e 45. Janeiro e Julho de 2004.

VEJA.COM. *Chuvas no Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/em-profundidade/chuvas-no-rio-de-janeiro/#info>> Publicado em 14/04/2010. Acesso em: 18 de mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Rio procura terreno para desabrigados*. 14 abr. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/em-profundidade/chuvas-no-rio-de-janeiro/#info>> Acesso em: 18 de mar. 2012.

## Notas

- 1 Assistente Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Especialista em Gerenciamento de Crises e Conflitos em Organizações Públicas e Privada e Especialista em Gestão Pública. Graduanda em Direito pela Faculdade São José. Graduada em Serviço Social pela UFRJ e Graduada em Tecnologia em Processamento de Dados pela Universidade Castelo Branco. [apguarani@gmail.com](mailto:apguarani@gmail.com)
- 2 Assistente Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, mestre em Políticas Sociais pela UFF – Niterói/RJ; [emiliatexeira@globocom.com](mailto:emiliatexeira@globocom.com)
- 3 Assistente Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Professora da PUC-Rio. Doutora em Serviço Social, pós doutoranda pela EHESS/Paris – bolsista Capes; [sindely@ig.com.br](mailto:sindely@ig.com.br)
- 4 Não abordaremos aqui a capacidade prática de mobilização social e participativa das redes de gestão local, tendo em vista que a forma com que os atores podem contribuir para redução do risco é fundamental, pois requer indícios qualitativos que ainda não levantamos.
- 5 Vale a pena ressaltar que, para o mês, era esperado uma média pluviométrica de 90 mm, porém, em 14 horas a cidade do Rio somou aproximadamente 180 mm e em 24 horas chegava a 288 mm. (VEJA, 2010).
- 6 Como estratégia de trabalho, o abrigo temporário é considerado o último recurso a ser utilizado, quando esgotadas todas as possibilidades de inserção dos indivíduos na sua rede sociofamiliar e/ou socioassistencial existentes na Cidade. Para implementação desse Plano de Contingência na Cidade, adotou-se como estratégia a capacitação das Coordenadorias e equipes locais. A equipe SMDS/COR realizou encontros descentralizados, cursos de capacitação e seminários sobre o tema, onde foram disponibilizados todos os insumos. Um Plano de Contingência, neste aspecto, é um conjunto de procedimentos coordenados a serem aplicados em reação às situações de crise. Tratam, especificamente, de responder a uma situação de incerteza quanto a um determinado evento, fenômeno ou acidente, que pode se concretizar ou não, durante um período de tempo determinado. Ou seja, é o planejamento tático elaborado com bastante antecedência, a partir de uma determinada hipótese de desastre (CASTRO, 2009).
- 7 Entrevista concedida a COEP Tevê – Programa Entre vistas. Tema: Fortalecendo a Cooperação com Populações Atingidas por Situações Climáticas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=uPFOOn5wYCo&feature=relmfu>> Acesso em: 12 de mai. 2012.

Artigo recebido em dezembro de 2014 e aprovado para publicação em fevereiro de 2015.